

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.082 - SP (2019/0204261-1)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CELIA APARECIDA RIBEIRO FERREIRA DE CASTILHO
AGRAVANTE : CAIO CESAR PEREIRA RIBEIRO
ADVOGADO : VALMIR BATISTA PIO - SP202882
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : RODRIGO LEITE ORLANDELLI - SP328898
S

INTERES. : PEDRO DE ALCANTARA RIBEIRO VILANOVA JUNIOR
REPR. POR : L P R (MENOR)
ADVOGADO : A A P R
: VALMIR BATISTA PIO - SP202882

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Celia Aparecida Ribeiro Ferreira de Castilho** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, c, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 212):

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. Execução individual de sentença proferida em ação coletiva ajuizada pelo Ministério Público, que reconheceu o direito dos pensionistas de agentes fiscais de rendas ao recebimento das quotas remanescentes do Prêmio de Produtividade - Bolão.

1. Sentença de extinção da execução individual pela ocorrência da prescrição, nos termos do art. 924, V do CPC. Manutenção. O prazo prescricional é quinquenal, contado do trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, nos termos do Decreto nº 20.910/32 e da Súmula nº 150 do STF. Aplicação, ainda, do entendimento do STJ, em sede de Recurso Repetitivo, no REsp 1.388.000/PR Tema 877. Ausência de causas interruptivas ou suspensivas na fluência do prazo prescricional.

2. Eventual demora no fornecimento de fichas financeiras para elaboração dos cálculos que não suspende ou interrompe o lustro. Cabe ao credor a iniciativa de cobrar o seu crédito e requerer as diligências que entender necessária s a esse objetivo, e sua inação dá ensejo à ocorrência da prescrição. Aplicabilidade do entendimento do STJ, no REsp 1336026/PE Tema 880, em sede de Recurso Representativo de Controvérsia. Ausência de incidência do efeito temporal da decisão prolatada

Superior Tribunal de Justiça

no EDcl no REsp 1336026/PE.

3. Despacho saneador que não interrompe a prescrição, pois apenas estipulou regras para ordenar o processo, a fim de evitar tumulto processual, diante da complexidade do caso e do número de litigantes.

4. Protesto Judicial distribuído pelo Ministério Público, extinto por ilegitimidade ativa, que também não interrompe a prescrição.

5. Prazo prescricional que continua a correr contra o sucessor do beneficiário falecido, nos termos do art. 196, do CC. Inaplicabilidade dos arts. 313 e 921 do CPC. Sentença mantida. Honorários recursais majorados nos termos do art. 85 § 11º, do CPC. Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante pretende ver configurado dissenso pretoriano em torno dos arts. 313, I, e 689 do CPC/2015. Requer seja afastado o decreto prescricional, porquanto a suspensão do processo por óbito da parte exequente suspende também o curso do prazo da prescrição executiva.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem conclui pela prescrição da pretensão executiva, consignando que:

De acordo com o art. 196, do Código Civil, o prazo prescricional iniciado contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Despicienda a análise sobre tratar-se de pensionistas ou de herdeiros de pensionistas, porquanto a questão resolve-se singelamente pela distinção entre a “suspensão do prazo prescricional” e “suspensão do processo”.

Com o falecimento do pensionista, caso já tivesse sido iniciada a execução, o processo respectivo ficaria suspenso, para a habilitação dos herdeiros, hipótese na qual também haveria suspensão da prescrição intercorrente.

Não é esta, contudo, a situação verificada nos presentes autos, porque, na época do falecimento do pensionista, a execução ainda não havia sido iniciada. A morte do agente público (fiscal de renda) era pretérita à própria propositura da ação. Naquela altura, o prazo prescricional já corria em face do sucessor do

Superior Tribunal de Justiça

pensionista, nos termos do art. 196, do Código Civil.

Logo, transcorrido prazo superior ao lustro legal, entre o momento em que nasce o direito de ação e a propositura da execução individual, ressuma evidente ter fenecido o direito da parte.

Nessa mesma linha de raciocínio, inadmissível a aplicação do disposto nos arts. 313 e 921 do CPC. Consoante mencionado, somente nos casos em que já tivesse sido distribuída a execução, poderia haver suspensão do prazo prescricional no período compreendido entre a morte da parte e a intimação para habilitação do herdeiro.

Além disso, conforme bem observado na sentença, a ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público, que atuou em nome de coletividade de pessoas não individualizadas e já falecidas, sendo impossível, nesse sentido, determinar-se a intimação de todos os herdeiros.

Ocorre, todavia, que, ao assim decidir, o acórdão recorrido se afastou do entendimento jurisprudencial dominante nesta Corte superior, segundo o qual não há falar em prescrição no período entre o óbito da parte e a habilitação dos sucessores, pois ausente previsão legal impondo prazo para tal fim.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ÓBITO DO EXEQUENTE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

I. Prequestionados, implicitamente, os dispositivos tidos por violados acerca da tese relativa à prescrição, inexistente ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil.

II Não há violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil quando a matéria indicada como omissa no Recurso Especial não foi objeto do recurso ou das contrarrazões, o que demonstra a indevida inovação em sede de embargos de declaração.

III O óbito de uma das partes do processo implica sua suspensão, de modo que, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há

Superior Tribunal de Justiça

falar em prescrição intercorrente. Precedentes.

IV É vedada a aplicação analógica de regra de prescrição, porquanto implica restrição de direitos V Recurso Especial improvido.

(REsp 1.481.077/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/05/2016, DJe 13/05/2016).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MORTE DO AUTOR. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. SUSPENSÃO DO PRAZO PROCESSUAL. ARTS. 265, I E 791, II, DO CPC. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A prescrição da pretensão executória ocorre no mesmo prazo da prescrição da ação, ou seja, em 5 anos, nos termos do art. 1o. do Decreto 20.910/32 e Súmula 150, do STF, contudo, deve-se registrar que a morte da parte suspende o curso do prazo prescricional, o qual somente recomeça a correr a partir da habilitação dos herdeiros.

2. Na hipótese dos autos, o autor faleceu em 1999, conforme notícia a certidão de óbito acostada e a habilitação requerida em 2006, não há que se falar em prescrição da pretensão executória já que durante este período o curso do prazo prescricional encontrou-se suspenso.

3. A jurisprudência desta Corte é uníssona ao afirmar que o óbito de uma das partes do processo implica em sua suspensão, deste modo, ausente previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição.

4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido.

(AgRg no AREsp 452.257/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 21/05/2015).

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, para afastar o decreto prescricional e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que prossiga no exame do feito como entender de direito.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

